

**UMA NAÇÃO EM CONSTRUÇÃO: TRABALHO LIVRE E SOBERANIA NO HAITI
(1826 -1843)**

Bethania Santos Pereira

Mestranda em História Social na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Depois de 1826, o trabalho rural livre no Haiti passou a ser controlado por uma legislação específica e inédita na república. Assinado pelo presidente Jean-Pierre Boyer após aprovação unânime no Senado, o Código Rural tornou-se referência para toda a organização do trabalho no campo. Ele estabelecia as regras para formas de contratação e de pagamento dos trabalhadores e divisão da mão-de-obra. Porém, além de legislar sobre as relações de trabalho, os artigos do Código Rural alcançaram outras dimensões da vida do trabalhador: a ele era vetada a prática do comércio, a circulação entre as cidades dependia de autorização dos comandantes de cada distrito, as festas só poderiam ser realizada em horários específicos e a vigilância constante da Polícia Rural fazia com que uma disciplina militar fosse presente nas relações de trabalho. Além disso, o Código era muito claro em estabelecer a compulsoriedade do trabalho como forma de incorporação dos marginalizados dentro de uma lógica de trabalho que era rejeitada pelos próprios trabalhadores. O ambiente de constante disputa em torno dos significados da liberdade, diferente para trabalhadores e para o Estado, tornou difícil a completa execução do Código, mas, isso não diminuiu as tentativas de Boyer de efetivar as práticas do código durante todo o seu governo.

Assim, essa comunicação tem como objetivo apresentar alguns dos artigos do Código Rural à medida em que ele reflete as articulações do governo para o que era definido como trabalho livre e quais as conexões com as estratégias de manutenção da soberania haitiana. Sendo o primeiro país independente através de uma revolução organizada por negros livres e escravizados, o Haiti teve de lidar com a hostilidade de um mundo ainda sob o regime da escravidão e se proteger em um Caribe dominado por quatro diferentes impérios europeus. Com uma seleção de diferentes fontes documentais, como periódicos, comunicações oficiais do presidente, relatos de viajantes e livros de memórias de políticos haitianos do período, pretende-se compreender quais discursos justificavam a existência desse conjunto de leis. Assim, parte-se do pressuposto de que a abolição da escravidão, declarada ainda em 1793 pelo governo francês, não foi suficiente, mesmo após duas décadas de independência, para garantir o acesso

à cidadania por parte dos trabalhadores rurais. Porém, mais do que apontar uma possível continuidade entre o período colonial e o século XIX, pretende-se demonstrar como a legislação haitiana foi construída a partir das necessidades colocadas pela nova condição política e social da ilha.

Desde que se tornou o presidente do Haiti, em 1818, Jean-Pierre Boyer tinha a intenção de colocar o Haiti ao lado das nações modernas do período. Para o seu governo, era fundamental que o Haiti tivesse as mesmas características das nações modernas e “civilizadas” (RAMSEY, 2011, p. 64). Isso foi feito de duas formas: com a busca pelo reconhecimento da independência do país e com a execução do processo de codificação das leis do país.

Retomando as negociações abandonada pelo presidente anterior, Alexandre Pétion, Boyer conseguiu chegar a um acordo final com a ex-metrópole. Thomas Madiou, importante historiador do período, descreveu os momentos finais do acordo, quando Barão de Mackau, enviado pelo rei Carlos X, chegou na ilha, acompanhado de uma armada e procurou o presidente para selar a última oferta oferecida pela França: “No dia 9, a frota francesa se aproximou do porto, ela formava uma força impressionante que estava destinada a bloquear os portos do Haiti e até mesmo bombardeá-lo se a ordem não foi aceita. Ela estava munida de 528 peças de canhões...”(MADIU, 1988, 462).

O acordo feito mediante o compromisso do Haiti de pagar uma dívida de cerca de 150 milhões de francos, que comprometeria a economia haitiana até o século XX (HENOSCHBERG, 2016, 26). A reação da imprensa haitiana no período foi a mais negativa possível. Era como se o país tivesse comprado sua independência, conquistada anos antes através da guerra. Porém, o acordo nunca foi feito como um pedido de autorização para ser independente. O valor a ser pago pelo Haiti foi calculado a partir das propriedades destruídas e perdas pelos colonos franceses, mas nunca pelo valor dos ex-escravizados. O governo haitiano foi enfático, durante a negociação, em dizer que as pessoas conquistaram sua liberdade e, por isso, não tinham dívidas com o governo francês.

A festa de comemoração do acordo teve alguns momentos memoráveis. O presidente tomou a palavra para celebrar o que era, para ele, a concretização da liberdade e um momento fundamental de diferenciação entre o Haiti de 1804 e o de 1825:

“Haitianos! Mostrem-se sempre digno do lugar honroso que vocês ocupam entre as nações. E mais feliz que seus pais, que só lhes transmitiram um destino detestável. Vocês legarão à sua posteridade a mais bela herança que ela possa desejar: concórdia interior, paz no exterior, um país florescente e respeitado. Viva a liberdade! Viva a independência!”

A presença de Barão de Mackau não constrangeu os participantes. O senador Rouanez não se intimidou em retomar o nome de Henri Grégoire, abolicionista que sempre apoiou a causa haitiana e foi um dos membros da Convenção que decidiu pela pena capital para Louis XVI. O desconforto gerado em Mackau e toda a comissão francesa não foi suficiente para terminar a festa, que ainda teve salvas de tiros de canhões e uma missa que sacralizou o acordo. Mas o discurso de Boyer recuperou a diplomacia do evento. Ele não falou das desavenças entre os dois países – e nem das ameaças francesas de retomar a ilha que duraram até aquele dia - e parecia mais preocupado em assinalar os benefícios que conquistara para o seu país com a assinatura do acordo. O *Le Télégraphe*, jornal oficial do governo, publicou no dia 17 de julho de 1825:

“Por 22 anos, renovamos a cada ano o juramento de viver independentemente ou morrer. De agora em diante, acrescentaremos a ela um desejo caro ao nosso coração, e que espero que seja respondido pelo Céu: essa concórdia e franqueza recíprocas consolidam para sempre o acordo que acaba de ser formado entre os franceses e os haitianos” (MADIU VOL 6, P. 466).

Em sua fala, o presidente demonstrou o quanto esperava do acordo e quais os novos rumos que ele via se abrirem para o país. Mesmo que o acordo não significasse um acordo real com a França, o reconhecimento já afastava as ameaças de invasão e encaminhava o Haiti para uma situação mais estável, tanto econômica como militarmente. A independência de 1804 não deixou de ser referência na história do Haiti, mas o reconhecimento da soberania pela França moldou e cristalizou a existência estatal e civil do país (SCHNEIDER, 2018, 38).

A aposta no reconhecimento era alta. O acordo era visto como possibilidade de garantia da soberania do país e, conseqüentemente, a possibilidade de estabelecimento de acordos políticos e comerciais que viabilizassem a exportação da produção agrícola e facilitassem o diálogo com outros países, sobretudo com os Estados Unidos, um dos maiores parceiros econômicos do país mas que se recusava a manter acordos políticos com a ilha. A busca pela

reafirmação da soberania levou Boyer a formular diversas estratégias políticas que poderiam forçar os outros países a reconhecerem a independência do país. Com os Estados Unidos, o presidente procurou estabelecer acordos que trariam imigrantes afro-americanos para o Haiti. A partir de 1820, com a criação de uma sociedade filantrópica para imigração no Haiti, o presidente Jean Pierre Boyer deu seguimento ao projeto para trazer para o seu país afro-americanos livres que desejassem se estabelecer na ilha. Após negociações com Loring D. Dewey, membro da *American Colonization Society* (ACS) em Nova Iorque, Boyer estabeleceu os termos de um acordo bastante atrativo para os imigrantes e que, em troca, ajudaria o Haiti a superar a ausência de mão-de-obra que afetava o país desde 1804. Em correspondências trocadas entre Boyer e Dewey, em 1824, o presidente esclareceu que o governo estava disposto a oferecer terras férteis, instrumentos de trabalho e as passagens para todos que fizessem a mudança, independentemente da quantidade de pessoas. Os que tivessem outras formas de ganhar a vida, como comerciantes ou artesãos, estariam isentos do primeiro ano das taxas de patente. A cidadania haitiana estava garantida desde o início: “aqueles que vierem, sendo filhos da África, serão haitianos assim que colocarem o pé no solo haitiano” (MADIU, 1988, p. 411). Dessa forma, Boyer esperava que o governo dos Estados Unidos aceitasse a existência do Haiti como um país livre e independente, porém a estratégia não funcionou. Embora o processo de migração tenha levado alguns milhares de afro-americanos para o Haiti¹, o programa não implicou em um acordo oficial entre os dois países.

Mas Boyer também trabalhava internamente para manter o país a salvo de ameaças externas. Ao assumir o comando do país, em 1818, ele tomou duas atitudes que implicariam no funcionamento do país. Primeiro, foi a unificação de toda a ilha, em 1822. Os conflitos pela independência do outro lado da ilha poderiam trazer maior poder para a Espanha na ilha e, até, fazer com que esse poder se estendesse para o lado haitiano. A ameaça do retorno da escravidão e dominação europeia eram constantes na realidade haitiana. Assim, o presidente haitiano, que estava a par das disputas do outro lado da ilha, se aproveitou da situação para dominar aquele lado. Embora a ocupação do lado espanhol da ilha pelo Haiti não tenha sido um processo calmo, como Madiou descreveu, ele aconteceu de forma relativamente rápida. Boyer conhecia as querelas entre Nuñez de Cáceres, líder de um dos movimentos independentista da República

¹ A quantidade de imigrantes ainda é um pouco incerta. Power-Greene fala em quase 8 mil pessoas (2014, 25). Já Fanning, retomando as considerações feitas por Benjamin Hunt, ainda em 1860, fala em cerca de 13 mil imigrantes

Dominicana, e os grupos dos *hateros*, criadores de gado latifundiários e opositores de Cáceres. Aproveitando-se do conflito, Boyer ofereceu vantagens econômicas aos *hateros*, como a extinção do imposto sobre a exportação de gado, em troca de suporte para expansão dos territórios haitianos. Embora esse grupo nunca tenha reivindicado uma identidade africana ou haitiana, nem se colocou ao lado do Haiti em nome de uma abolição transnacional (PONS, 2013, p.23), eles aceitaram a proposta e viabilizaram a tomada de poder pelo Haiti. Entre 1822 e 1844, um ano após o fim do governo Boyer, a ilha toda esteve unificada sob a bandeira haitiana e, ao menos por algum tempo, as ameaças espanholas de invasão da ilha estavam sob controle.

O outro pilar do governo de Boyer, e talvez o mais importante, foi o processo de codificação e unificação das leis do país. Entre 1825 e 1834, Boyer definiu o que era legal ou não, o que era lucrável ou civilizado através das leis e como forma de reforçar o controle do estado sobre os cidadãos haitianos, mas também como um caminho para fortalecer a soberania haitiana (SCHNEIDER, 2018, p.82). Foi durante esse período que o país teve os seus primeiros Códigos legais publicados: Civil, Processo Civil, Comércio, Instrução Criminal, Penal e Rural. Conhecida como a “era da codificação”, foi nessa época em que Boyer anulou os o decreto de Pétion, de 1816, de que o Código Napoleônico da França deveria servir como um complemento legal para preencher as lacunas do direito civil haitiano (RAMSEY, 2011, p.57).

Apesar das diversas discussões que podem ser levantadas em torno dos vários códigos, o objetivo aqui é apresentar o Código Rural e como as formulações do governo haitiano para a organização do trabalho livre estavam conectadas com discussões em torno da manutenção da soberania do país. Idealizado por Joseph-Balthazar Inginac, secretário-geral de Boyer, o código foi feito com o intuito de recuperar a agricultura do país e, principalmente reestabelecer as plantations exportadoras. Grande parte do aparato agrícola do Haiti havia sido destruído durante a guerra. Mas essa destruição não ocorreu apenas por conta da violência dos combates. Desde o início dos levantes, em 1791, a destruição e queima das fazendas e dos engenhos foi uma estratégia constantemente utilizada pelos escravizados como forma de viabilizar as demandas trazidas pelo discurso de liberdade. Segundo James, as fazendas do norte da ilha foram as primeiras a serem acometidas pelo fogo. Ele comparou a destruição causada pelos escravizados com as *jaqueries* e com os movimentos ludistas, principalmente pela motivação: assim como os europeus, os escravizados procuravam destruir a causa do sofrimento: “e se destruíam muito

era porque muito haviam sofrido. Eles sabiam que enquanto essas fazendas permanecessem em pé o seu destino seria trabalhar nelas até o esgotamento” (JAMES, 2000, p. 91-92).

A destruição das grandes plantations evidenciou um dos lados mais fortes da revolução e que moldou as relações de trabalho no Haiti ao longo de todo o século XIX. Grande parte das demandas dos escravizados, ainda durante o período colonial, era por mais tempo para dedicação às suas próprias hortas. Com a independência, o acesso à terra e o trabalho independente se tornou um dos objetivos dos trabalhadores livres.

Assim, logo na abertura do código, encontramos a preocupação com o reestabelecimento dos altos índices de produção rural da época colonial. No artigo primeiro, a agricultura é dada como “fonte principal da prosperidade do Estado” e, por isso, “será protegida e encorajada pelas autoridades civis e militares”. Os dois artigos seguintes denunciam a posição do trabalhador agrícola no estado haitiano:

Art. 2: Os cidadãos de profissão agrícola não podem abandonar seus trabalhos exceto em casos previstos pela lei;

Art. 3: todos os cidadãos são obrigados a apoiar o Estado... aqueles que não estiverem engajados em cargos civis nem requisitados pelo serviço militar, os que não exercem nenhuma profissão... enfim, todos aqueles que não puderem comprovar seus modos de existência, deverão cultivar a terra.

A obrigatoriedade do trabalho é evidente ao longo do código e é possível vislumbrar a compulsoriedade inscrita no trabalho rural através das seis leis. Nos artigos seguintes, a proteção e encorajamento do campo se transformam em formas de compulsoriedade para o trabalho rural: todas as pessoas que não pudessem justificar seus meios de vida deveriam cultivar a terra. Ainda que fossem chamados de *citoyens de profession agricole* [cidadãos de profissão agrícola], os agricultores tinham pouco acesso à cidadania: não poderiam circular nas cidades e nos burgos sem autorização do juiz de paz da comuna, e estavam proibidos de estabelecer seus contratos de trabalho livremente. Aqueles encontrados sem um contrato de trabalho ou sem a autorização para o deslocamento, eram considerados passíveis de punição pelo crime de vadiagem:

Os cidadãos de profissão agrícola não poderão deixar o campo para morar nas cidadãs ou nos burgos sem uma autorização dos juízes de paz do distrito que desejam deixar e daquele de onde querem residir; o juiz de paz concederá a autorização após

certificar-se de que o solicitante possui bons costumes, tem uma conduta regular no cantão de onde ele está pronto para sair e que possui meios de sobrevivência na cidade onde deseja morar. Todos que não se conformarem às regras acima estabelecidas serão considerados vagabundos e tratados como tal.

Dessa forma, o crime de vadiagem se constituiu como um dos pontos centrais do código. A criação de uma polícia específica, a polícia rural, demonstra como o assunto era de importância para a república. Na lei número 6 do código, encontramos os artigos específicos de combate a vadiagem. Segundo os artigos 119 e 120, a polícia rural foi criada para englobar tudo o que seja referente à administração e prosperidade das propriedades rurais. E isso era feito através de inspeção e vigilância do grande corpo da polícia rural, composto pelos oficiais da polícia rural, os guardas rurais e uma guarda de *gendarmarie*.

A punição à vadiagem era feita, principalmente, com detenção e utilização da mão-de-obra dos detentos para o trabalho forçado, ou nos campos estatais ou em outras funções, como reparação das vias públicas. A pessoa era identificada como *vagabonde* se não fosse proprietária nem arrendatária de um lote ou se não tivesse nenhum tipo de contrato de trabalho com algum proprietário da região. Pessoas encontradas nessa situação seriam presas e levadas ao juiz de paz do distrito. Após oito dias encarceradas, se ela não decidisse trabalhar em alguma plantação ou se não fosse reivindicada por nenhum proprietário como seu funcionário, seria colocada no trabalho forçado até que o tempo da pena fosse cumprido. Também eram consideradas ociosas aquelas que, mesmo portando um contrato de trabalho, fossem encontrados, durante a semana, fora dos limites das propriedades onde estavam empregados.

O sistema criado por Boyer parecia, em teoria, bastante eficiente. A única forma de não ser preso pela polícia rural, além de ter um pedaço de terra sob o seu nome, era tendo um contrato assinado de trabalho. Porém, os contratos eram bastante restritivos e, constantemente, rechaçados pela população. Segundo código rural, os contratos de trabalho deveriam durar entre 2 e 9 anos e faziam com que o trabalhador ficasse, durante todo esse tempo, atado à propriedade onde estivesse trabalhando. Caso fosse encontrado trabalhando sem contrato ou em um local diferente para onde fora designado, ele seria punido com multa, assim como o dono da propriedade. Assim, em posse do contrato – que deveria ser, obrigatoriamente, assinado em cartório – o trabalhador estaria livre da prisão e o estado teria controle total da situação dos cultivos em todo o país. Outro aspecto de controle social promovido pelo Estado, o combate à

vadiagem, era uma forma de eliminar aqueles que circulavam, simultaneamente, pelos espaços de legalidade e ilegalidade.

Nesse sentido, a noção das áreas rurais como o *pays en dehors*, um espaço à parte da área urbana, alheio ao estado e que se desenvolvia sem uma intervenção real das autoridades, difundida principalmente por Gérard Barthélemy, não contempla as diferentes manobras de que os camponeses lançavam mão em nome da liberdade (BARTHÉLÉMY, 1990). Para a compreensão desse aspecto, as reflexões de Jean-Alix René são mais oportunas. Tomando o conflito entre camponeses e Estado como um espaço de negociação e de uma certa integração entre esses dois setores da sociedade, René consegue incluir os camponeses na narrativa de formação do Estado haitiano como agentes reais que expressavam seu posicionamento político através de demandas claras, sobretudo, nas estratégias de resistência. O autor sugere que o afastamento do Estado adotado pelos ex-escravizados é mais um elemento no grande repertório das estratégias de luta que, no novo contexto político e social criado pela independência, tiveram de ser reformuladas para a manutenção da autonomia entre os trabalhadores rurais (RENÉ, 2014, p.44).

O controle era feito através de um extenso sistema de militarização e burocratização do trabalho rural. O oficial da polícia rural também deveria fazer rondas semanais nas plantações, averiguando a situação das colheitas e verificando se todos os contratados estavam no local de trabalho. Essas rondas se transformariam em relatórios que deveriam ser repassados e revisados pelos comandantes de cada seção rural e, posteriormente, levados aos comandantes dos distritos. A partir disso, cada distrito faria, anualmente, um novo relatório que seria reportado diretamente para o presidente. Embora o código não tenha informações muito esclarecedoras sobre o conteúdo dos relatórios gerais, a preocupação com a produção e o ritmo de trabalho são constantes.

Esse tipo de preocupação encontrou reflexo no discurso nacionalista criado em torno do trabalho rural. A partir do momento em que a agricultura foi definida como a fonte principal de renda do país ela estava atada às formas de estabelecimento da soberania do país. Sendo o Haiti a primeira república negra em um mundo em que a escravidão era uma realidade, a hostilidade dos grandes impérios em torno da ilha se materializava em forma de reais ameaças contra a existência do país. Assim, a manutenção do exército era uma necessidade constante para o estado haitiano. E, para isso, era preciso ter uma fonte de renda que garantisse a independência do país. A retórica patriótica que envolvia o trabalhador rural e tentava trazer sua atividade para

o controle total do estado ficavam mais evidentes durante as Festas da Agricultura.

Instituída a partir do Código Rural, a Festa da Agricultura que tinha o objetivo de premiar os melhores trabalhadores do país e encorajar o trabalho rural. Era o momento em que os trabalhadores rurais poderiam estar em contato com representantes do estado sem que fosse exatamente numa situação de repressão ou controle.

Durante a Festa da Agricultura de 1831², em palco montado na capital, o discurso do juiz de Porto Príncipe, Voltaire, foi intencionalmente dirigido aos trabalhadores que o assistiam da plateia: “O que aconteceria a uma nação já de posse de todas as vantagens da liberdade se ela tivesse a infelicidade de negligenciar, desprezar a agricultura? É preciso dizer, ela logo retornaria para a dependência”. A ameaça do retorno da metrópole se torna real no discurso da elite, não por causa das constantes investidas da França ao longo de boa parte do século XIX, ou pela escravidão persistente em suas colônias no Caribe até 1848, mas pela falha da agricultura e, conseqüentemente, do comportamento do trabalhador rural.

No mesmo ano, o país passou por uma grande seca que certamente fez com que muitos trabalhadores abandonassem o campo. A edição do *Le Télégraphe*, jornal oficial do governo, que trouxe o discurso de Voltaire na Festa da Agricultura, publicou também uma circular do presidente que alertava os comandantes dos distritos para que redobrassem a vigilância das plantações de víveres e grãos no período de estiagem. Nenhuma proposta que combatesse a seca foi de fato levantada, além da importância da atuação da polícia rural naquele momento (*Le télégraphe*, 8 de maio de 1831, p. 1). Boyer resgatou ainda algumas circulares anteriores e, embora fossem decretos de anos diferentes eles se conectavam pelo mesmo tema: aumento da produção de alimento nas terras estatais e supressão da vadiagem.

Tanto a circular de Boyer e quanto discurso de Voltaire apontam para a continuidade da servidão do trabalhador como única opção para os ex-escravizados. As alternativas de liberdade não incluíam nada que não fosse programado pelo Estado, até mesmo o comportamento dos agricultores deveria estar submisso aos proprietários e administradores das plantações. Complementando o comportamento “submisso e respeitoso” dos agricultores, o artigo 61 pressupunha um cuidado paternal para com o trabalhador: “Os proprietários, fazendeiros ou

² A Festa da Agricultura acontecia anualmente, todo 1º de Maio, a partir de 1826, com o intuito de incentivar os bons os trabalhadores a continuar no trabalho. Contava com premiação para os agricultores mais destacados. Mas, além disso, era nesse dia que o comandante de cada comuna, junto com o juiz de paz e o Conselho dos Notáveis escolhem, para cada sessão rural, 3 cidadãos, dentre os principais proprietários ou administradores da fazenda, para compor o Conselho de Agricultura daquela sessão.

administradores (...) eles devem tratá-los [os trabalhadores] como bons pais de família”, da mesma forma que o Código Negro de 1685 se referia à relação entre proprietário e escravo, no artigo 54: “Ordenemos aos procuradores nobres, aos usufrutuários, locatários e outros (...) que governem os escravos como bons pais de família” do código.

Na festa de 1833, o mesmo juiz Voltaire retornou ao palco principal montado em Porto Príncipe. A função da festa rural fica ainda mais evidente em sua fala. Para ele, a necessidade de uma festa nacional está ligada com a construção da memória e a celebração das conquistas sociais do país. E, se os soldados fazem o trabalho de proteção militar do Haiti, os trabalhadores são os soldados que depuseram suas armas depois de combater o inimigo e mantêm, através da agricultura, a independência do país. A função – e as responsabilidades dos trabalhadores - logo mudaram para algo muito maior: a manutenção da soberania depende, quase que diretamente, da mão-de-obra do homem do campo. Seu valor como cidadão reside em sua capacidade de trabalhar para a continuidade da liberdade. Em 1829, na fala do Secretário Geral do governo, notamos a mesma atribuição de uma função quase militar para o trabalhador rural:

Cultivadores! Imitem a conduta desses valentes soldados que, depois de derramarem seu sangue pela glória do Haiti, são os trabalhadores mais corajosos que a nação pode oferecer! ... É verdade dizer que onde quer que um campo bem cultivado seja encontrado, ou reconhecer o trabalho de um militar! (*Le Télégraphe*, 3 de maio de 1829, p. 1)

Por isso, o ocioso tornou-se o mais novo inimigo nacional. Não eram as forças externas que impõem sanções ao Haiti, nem a França ou outros poderes imperiais que mantiveram a constante ameaça de retomada da ilha que impuseram limites ao desenvolvimento do Haiti, mas o trabalhador ocioso. Em festa anterior, no ano de 1827, Jacques Depas, presidente da Câmara, estava preocupado em denunciar a vileza do ocioso, que, apesar das estratégias, jamais escaparia do controle imposto pelo Código Rural (*Le Télégraphe*, 6 de maio de 1827, p. 1)

Assim, o trabalho no campo era associado à possibilidade de reabilitação do trabalhador e construção da moral que faria com que os agricultores aceitassem performar seus longos contratos até o fim e se submeter às rígidas disposições do Código Rural, que proibia até mesmo que os trabalhadores vendessem o excedente de suas produções fora dos mercados urbanos. Essa tensão entre trabalhador rural – e suas estratégias para a autonomia – e o intenso controle do Estado foi desenvolvida em torno dos diferentes significados da liberdade compreendidos

em cada grupo social do país. Com a abolição, ainda no final do século XVIII, os libertos entenderam que estavam livres para exercer a mão-de-obra da forma que melhor lhes parecesse. E, na maioria dos casos, ser livre implicava em não trabalhar para ninguém, exceto nas terras da própria família ou, no máximo, em um esquema de meação da produção. Porém, para um país recém-independente e que ainda tinha relações muito incertas com o resto do mundo, algumas coisas tinham que estar garantidas e a regularidade da agricultura era uma delas. Se Boyer via a concretização da independência no reconhecimento da soberania do Haiti pela França, os trabalhadores associaram as palavras liberdade e independência à autonomia de ter o próprio lote de terra e executar suas tarefas sem um patrão que lhes desse ordem. E, essa conquista, não aconteceu em uma data e através de acordos, mas sim com luta e espaços de liberdade forjados pelas práticas de trabalhos dos cultivadores.

A compreensão do trabalho livre no Haiti pós-abolição e, mais ainda, depois da independência, demonstra como as possibilidades de liberdade colocadas pelos trabalhadores não estavam em concordância com o que era pensado pelo governo, mas, por outro lado, ainda refletiam muito das demandas dos escravizados do período colonial. Porém, mais do que uma simples continuidade dessas reivindicações, as organizações do pós-abolição estavam sujeitas as novas organizações política e social da ilha recém independente. Também é importante refletir esse período da história haitiana, que foge dos recortes tradicionais e das problematizações apenas em torno da revolução, como forma de repensar o silenciamento das narrativas sobre o Haiti.

Porém, muitas vezes, Entender como o projeto do Estado abrigava paradoxos que, aparentemente, minavam o pressuposto radical da revolução é fundamental para a escrita de uma nova narrativa para o Haiti (GARRAWAY, 2012, p. 3). Expandir os limites da escrita da história haitiana, cronológica e geograficamente, parece ser um dos caminhos para que essa narrativa seja menos linear. A superação desse isolamento temático, para Trouillot, pode acontecer com a redução do insularismo nos estudos haitianistas. Localizar o Haiti dentro do Caribe e da América Latina, procurando como as ilhas se inter-relacionam é fundamental para que as narrativas sobre o Haiti não continuem isolando o país em sua própria trajetória (TROUILLOT, 1990, p.9). Ainda assim, esse esforço pode fazer com que o processo de descilenciamento seja utópico se não considerar as contradições que envolvem a fundação da nação (GARRAWAY, 2012, p.3).

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Bibliografia

BARTHÉLEMY, Gérard. *Le pays en dehors: essai sur l'univers rural haïtien*. Port-au-Prince: Editions Henri Deschamps, 1989.

FANNING, Sarah. *Caribbean Crossings – African Americans and the Haitian Emigration Movement*. New York: New York University, 2015.

GARRAWAY, Doris L. “Empire of Freedom, Kingdom of Civilization: Henry Christophe, the Baron de Vastey, and the Paradoxes of Universalism in Postrevolutionary Haiti.” *Small Axe*, v.16. n. 39, 2012, p. 1 -21.

HENOCHSBERG, Simon. *Public debate and slavery: the case of Haiti (1760 – 1915)*. 2016. 60f. Tese (Doutorado em Economia) – École d'Économie de Paris, Paris.

JAMES, C. L. R. (Cyril Lionel Robert). *Os jacobinos negros: Toussaint L'ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.

Les Six Codes d'Haiti. Port-au-Prince : C. Descauriet, 1828.

MADIOU, Thomas. *Histoire d'Haiti*. Vol. 5, Port-au-Prince: Éditions Henri Deschamps [1884], 1988.

PONS, Frank Moya Pons. *La Dominación Haitian 1822 -1844*. Santo Domingo: Libreria La Triniatria, 2013.

POWER-GREENE, Ousamane K. *Against wind and tide - The African American Struggle against the Colonization Movement*. New York: New York University Press, 2014.

RAMSEY, Kate. *The Spirits and Law: Vodou and Power in Haiti*. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

RENE, Jean-Alix. *Le Culte de l'égalité: une exploration du processus de formation de l'État et de la politique populaire en Haïti au cours de la première moitié du dix-neuvième siècle (1804-1846)*. 2014. Tese (doutorado em Filosofia), Universidade Concórdia, 2014.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *State against nation – The Origins & Legacy of Duvalerism*. New York: Monthly Review Press, 1990.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019